



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 451
CONT. Nº 030-2014

CONTRATO DE TRANSIÇÃO Nº 030/2014 DE 26 DE MAIO DE 2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM, A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA) E A COOPERATIVA CENTRAL REGIONAL - COTRIGUAÇU, NA FORMA ABAIXO:

Aos 26 dias do mês de maio de 2014, a **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)**, Autoridade Portuária do Porto Organizado de **Paranaguá e Antonina**, entidade Autárquica Estadual, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, com sede na Avenida Ayrton Senna da Silva nº 161, CNPJ nº 79.621.439/0001-91, neste ato representada pelo seu Superintendente, Sr. Luiz Henrique Tessutti Dividino, brasileiro, divorciado, administrador, portador do RG nº 11.838.087-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 058.594.128-94 e por seus diretores, Diretor Técnico Engº. Paulinho Dalmaz, Carteira de Identidade nº 877.637-7-SSP/PR e CPF/MF sob nº 243.798.169-15, Diretor de Desenvolvimento Empresarial, Sr. Lourenço Fregonese, Carteira de Identidade nº 1.262.963-0-SSP/PR e CPF/MF sob nº 403.358.449-87, Diretora Administrativa e Financeira, Jacqueline Andrea Wendpap, portadora do registro nº 13.027/OAB/PR e pela Chefe da Procuradoria Jurídica da APPA, Elaina Ebert Castro Santos, portadora do registro nº 64.383/OAB/PR e a **COOPERATIVA CENTRAL REGIONAL - COTRIGUAÇU**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 77.118.131/0001-00, estabelecida à Avenida Coronel José Lobo, nº 1.464, no Município de Paranaguá, Estado do Paraná, CEP 83.203-340, doravante denominada **ARRENDATÁRIA**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Sr. Valter Pitol, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador do RG nº 1.442.615-9 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 132.955.860-04 e pelo seu Superintendente, Sr. Cândido Takashiba, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.587.604-9-SSP/PR e CPF/MF nº 513.255.199-87, residente e domiciliado à Rua Souza Naves, 2.939, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, tendo em vista o que consta na Processo Administrativo

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Seção de Contratos
CNPJ: 79.621.439/0001-91
Rua Ayrton Senna da Silva, 161 CEP 83.221-030 - Paranaguá - PR
Fone 0XX 41 3420-1308/3420-1177 - Fax-0 XX 41 3422-5324 e-mail: APPAsupe@pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 452
CONT. Nº 030-2014

ANTAQ nº 50300.000606/2014-42, resolvem celebrar o presente **Contrato de Transição nº 030/2014**, com fundamento no art. 35, § 1º, da Resolução nº 2240-ANTAQ, de 04 de outubro de 2011, com a redação dada pela Resolução nº 2.826-ANTAQ, o qual sujeita as partes às normas disciplinares contida na Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nos demais atos normativos de regência, e ainda, mediante as seguintes e condições:

- I. Considerando a delegação dada pelo Poder Concedente, *in casu* a Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR, à **APPA** para a celebração do presente contrato, nos termos do consignado no despacho GM/SEP/PR-2014, de 30 de abril de 2014, bem como o Ofício nº 848/2014/SPP/SEP/PR;
- II. Considerando determinação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), através do Ofício nº 410/2014 – SPO, protocolado na APPA sob o nº 13.190.255-7, com vistas à celebração dos Contratos de Transição pela APPA;
- III. Considerando a extinção do Contrato de Arrendamento, celebrado em caráter emergencial, nº **006/2013**, celebrado entre a **ARRENDATÁRIA** e a **SEP/PR**, pelo decurso de seu prazo de vigência;
- IV. Considerando o consignado na Resolução nº 3.397, de 21 de maio de 2014 – ANTAQ;
- V. Considerando a necessidade de se celebrar este Contrato de Transição, a fim de evitar prejuízo econômico, financeiro e social em razão da descontinuidade da prestação dos serviços portuários, enquanto não ultimada a regularização da exploração da área em questão;
- VI. Considerando o disposto no art. 35, § 1º, da Resolução nº 2240-ANTAQ, de 04 de outubro de 2011, com a redação dada pela Resolução nº 2.826-ANTAQ;
- VII. Considerando Processo Administrativo ANTAQ nº 50300.002187/2012-11, em tramitação na ANTAQ;

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Seção de Contratos

CNPJ: 79.621.439/0001-91

Rua Ayrton Senna da Silva, 161 CEP 83.221-030 - Paranaguá – PR
Fone OXX 41 3420-1308/3420-1177 - Fax-0 XX 41 3422-5324 e-mail: APPAsupe@pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 453
CONT. Nº 030-2014

VIII. Resolvem as Partes celebrar o presente Contrato de Transição, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 Constitui objeto do presente Instrumento o arrendamento, pela APPA à ARRENDATÁRIA, da instalação portuária indicada no parágrafo primeiro desta cláusula primeira, para sua exploração, *em caráter transitório*, em face da análise do Processo Administrativo ANTAQ nº 50300.002187/2012-11 em que se discute a regularização da exploração de área pertencente à poligonal do Porto de Paranaguá, nos termos previstos neste Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

1.2 A instalação portuária referida no *caput* encontra-se dentro da área do Porto Organizado de Paranaguá, sob a administração da APPA, ocupando uma fração aproximada de 14.249,45m² (quatorze mil, duzentos e quarenta e nove metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), na qual se acha instalado um terminal para a movimentação e armazenagem de graneis sólidos, conforme indicações e delimitações constantes da Planta de Localização da Instalação Portuária Arrendada, que uma vez rubricada pelas Partes, passa a integrar o presente instrumento como seu Anexo I.

PARÁGRAFO SEGUNDO

1.3 A instalação portuária indicada no parágrafo primeiro desta cláusula primeira deverá ser operada, conservada e explorada pela ARRENDATÁRIA para a movimentação e armazenagem de mercadorias pelo período de vigência deste Contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES

2.1 São adotadas as siglas, expressões e termos que terão o significado que a seguir lhes é apontado, sem prejuízo de outras inseridas neste Instrumento, seus ANEXOS ou, ainda, na legislação aplicável:

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Seção de Contratos
CNPJ: 79.621.439/0001-91
Rua Ayrton Senna da Silva, 161 CEP 83.221-030 - Paranaguá – PR
Fone 0XX 41 3420-1308/3420-1177 - Fax-0 XX 41 3422-5324 e-mail: APPAsupe@pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



- a) ANTAQ: a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários;
- b) Área do Porto: a área do Porto Organizado de Paranaguá, onde estão localizadas as instalações portuárias, quais sejam, docas, cais, pontes e píeres de atracação e acostagem, terrenos, armazéns, edificações e vias de circulação interna, assim como infraestrutura de acesso aquaviário ao Porto, margem do rio e adjacências, canais, bacias de evolução e áreas de fundeio mantidas pela APPA;
- c) ARRENDATÁRIA: a Entidade que celebra este Instrumento com a Administração do Porto;
- d) Autoridade Portuária ou Administração do Porto: A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina que administra o Porto de Paranaguá;
- e) UNIÃO: a União Federal;
- f) Obras: o conjunto das obras construídas na área arrendada;
- g) OGMO: o Órgão Gestor de Mão-de-Obra do trabalho portuário;
- h) Operação Portuária: a movimentação e armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes de tráfego aquaviário, realizadas no terminal pela ARRENDATÁRIA, e previstas neste Instrumento;
- i) Operadora Portuária: a Empresa pré-qualificada para execução da Operação Portuária, na área definida neste Instrumento;
- j) Poder Delegante: a UNIÃO, por intermédio da Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR;
- k) Poder Regulamentador: o poder inerente a determinadas autoridades de expedir os regulamentos do Porto Organizado, na forma e nos limites previstos em lei;
- l) Projeto: o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a instalação portuária e sua conformidade com as condições e especificações estabelecidas neste Instrumento e em seus ANEXOS, assim como nas normas técnicas aplicáveis;

LIVRO Nº 033
FL. Nº 454
CONT. Nº 030-2014



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 455
CONT. Nº 030-2014

- m) SEP/PR: Secretaria de Portos da Presidência da República;
- n) Terminal: o conjunto das instalações portuárias implantada na área arrendada, na forma prevista neste Instrumento;
- o) Valor do contrato: o valor das remunerações mensal pela ARRENDATÁRIA multiplicado pelo número de meses do referido contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ANEXOS DO CONTRATO

3.1 Integram este Instrumento os seguintes ANEXOS:

ANEXO I: Planta de Localização da Instalação Portuária Arrendada.

ANEXO II: Relação dos Bens Integrantes da Instalação Portuária Arrendada.

ANEXO III: Termo de Arrolamento

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS OBJETIVOS DO ARRENDAMENTO

4.1 Os objetivos do arrendamento são os previstos neste Instrumento e devem ser alcançados, sem prejuízo de disposições específicas mediante o cumprimento do estabelecido.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA MOVIMENTAÇÃO

5.1 A ARRENDATÁRIA tomará as providências necessárias para a efetivação da Movimentação Mínima Contratual (MMC) de 200.000t/180 dias, ou pró-rata, durante a vigência deste Contrato, obrigando-se ao pagamento à APPA do valor tarifário correspondente à citada movimentação, constante da Tabela III - INFRAPORT, item III.3, independentemente de a MMC ser efetivamente atingida, nos termos da cláusula sétima.



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 456
CONT. Nº 030-2014

PARÁGRAFO PRIMEIRO

5.2 A ARRENDATÁRIA declara que tem conhecimento da área arrendada e dos equipamentos nela instalados, bem como que são eles suficientes para o cumprimento da obrigação de Movimentação Mínima Contratual (MMC) prevista no caput.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO TRABALHO PORTUÁRIO

6.1 O trabalho portuário, necessário à consecução do objeto deste Instrumento, deverá ser realizado por trabalhadores portuários, nos termos da Lei nº 12.815/13, sempre que a Lei o exigir.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

6.2 A mão-de-obra complementar, também necessária à consecução do objeto do presente Instrumento, deverá ser requisitada pela ARRENDATÁRIA junto ao OGMO - Órgão Gestor de Mão-de-Obra do Porto de Paranaguá, sempre que for o caso.

PARÁGRAFO SEGUNDO

6.3 A ARRENDATÁRIA se obriga a manter durante o prazo de vigência do presente contrato o quadro de pessoal (número de funcionários com vínculo empregatício e mão-de-obra terceirizada), igual ou superior ao que vinha sendo utilizado até aqui pela mesma ARRENDATÁRIA, conforme contrato anterior do terminal arrendado, devendo, para tanto, fornecer tabela do citado quadro vigente na data da assinatura do presente instrumento contratual, o qual servirá de base para controle e fiscalização. Além disso, compromete-se a ARRENDATÁRIA a cumprir os ditames da Lei nº 12.815/13 e legislações complementares relativamente às futuras contratações de trabalhadores portuários, na forma de avulso ou de vinculados.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS

7.1 Por força do presente Instrumento, a ARRENDATÁRIA pagará a APPA, a partir da data de assinatura deste Instrumento Contratual, os preços a seguir estipulados, com data base em dezembro de 2013:

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Seção de Contratos
CNPJ: 79.621.439/0001-91
Rua Ayrton Senna da Silva, 161 CEP 83.221-030 - Paranaguá - PR
Fone 0XX 41 3420-1308/3420-1177 - Fax-0 XX 41 3422-5324 e-mail: APPAsupe@pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 457
CONT. Nº 030-2014

I - pelo arrendamento da instalação portuária, parcelas mensais de:

O valor de R\$4,75/m² (quatro reais e setenta e cinco centavos por metro quadrado), equivalente a parcelas mensais R\$67.684,89 (sessenta e sete mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e oitenta e nove centavos);

II – pela utilização dos demais serviços colocados pela APPA à disposição da ARRENDATÁRIA:

Os valores tarifários cabíveis e previstos na Tarifa do Porto de Paranaguá vigente à época de sua incidência, acrescidas dos respectivos adicionais, em especial os valores previstos na TABELA I - INFRAMAR (quando de responsabilidade da ARRENDATÁRIA), TABELA III – INFRAPORT, que deverão ser pagas ao tempo, modo e conforme as condições previstas na Tarifa Portuária vigente.

7.2 Sem prejuízo do disposto nesta cláusula sétima, caso não seja atingida a MMC prevista na cláusula quinta deste Contrato, a ARRENDATÁRIA deverá pagar o valor correspondente à diferença entre o valor total por ela recolhido à APPA em razão da movimentação efetiva ocorrida no período e o valor mínimo acordado entre as Partes conforme cláusula quinta deste Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

7.3 A água e a energia elétrica consumidas na área arrendada poderão ser fornecidas pela APPA, pagando a ARRENDATÁRIA o que for devido, de conformidade com os preços vigentes na data do respectivo faturamento. Caso a APPA não possa efetuar esse fornecimento, deverá autorizar a Instalação, pela ARRENDATÁRIA, de ramais próprios de fornecimento de água, energia elétrica e força, a serem utilizados dentro da área arrendada, independentemente das redes utilizadas pela APPA, ficando o pagamento desta instalação e do respectivo consumo por conta única e exclusiva da ARRENDATÁRIA, que não terá direito a qualquer indenização ou reembolso ao término do prazo de vigência deste Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Seção de Contratos
CNPJ: 79.621.439/0001-91
Rua Ayrton Senna da Silva, 161 CEP 83.221-030 - Paranaguá - PR
Fone 0XX 41 3420-1308/3420-1177 - Fax-0 XX 41 3422-5324 e-mail: APPAsupe@pr.gov.br

(N)



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 458
CONT. Nº 030-2014

8.1 Os valores estipulados no "caput" da Cláusula Sétima anterior serão cobrados da seguinte forma:

- a) o constante do inciso "I", mensalmente, através de fatura apresentada pela APPA a ARRENDATÁRIA, para liquidação por este, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua apresentação;
- b) o constante do inciso "II" e do Parágrafo Primeiro, de acordo com as normas da APPA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

8.2 Ocorrendo atraso na liquidação de qualquer obrigação pecuniária estabelecida neste Instrumento, o débito apurado, corrigido pela variação do IGP-M, será acrescido do valor correspondente a 2% (dois por cento) de multa, mais juros de 0,0333% (trezentos e trinta e três décimos de milésimos por cento) ao dia, nos termos da legislação vigente, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO

8.3 A cobrança de qualquer importância devida e não liquidada pela ARRENDATÁRIA far-se-á através de processo judicial, sempre que as vias administrativas comuns não surtirem efeito.

PARÁGRAFO TERCEIRO

8.4 Para todos os fins de direito, ficará a ARRENDATÁRIA responsável pelo pagamento dos valores estabelecidos neste Instrumento, respeitados os limites para reajuste e os prazos estabelecidos para liquidação de débitos.

PARÁGRAFO QUARTO

8.5 Eventuais contestações ou devoluções de faturas deverão ser detalhadamente fundamentadas e somente serão aceitas no protocolo da APPA, para serem analisadas,

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Seção de Contratos
CNPJ: 79.621.439/0001-91
Rua Ayrton Senna da Silva, 161 CEP 83.221-030 - Paranaguá - PR
Fone OXX 41 3420-1308/3420-1177 - Fax-0 XX 41 3422-5324 e-mail: APPAsupe@pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 459
CONT. Nº 030-2014

acompanhadas de comprovantes de pagamentos, dos valores faturados, nos prazos de seus vencimentos.

9. CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DO CONTRATO DE TRANSIÇÃO

9.1 O prazo do presente Instrumento é de até 180 (cento e oitenta) dias, ou até que se encerre o processo licitatório da área em questão, o que ocorrer primeiro, cabendo à ARRENDATÁRIA adotar todas as providências necessárias à desocupação da instalação portuária ao fim do prazo contratual, sob pena de incidência das cominações previstas neste Contrato.

PARÁGRAFO UNICO

9.2 O Contrato será rescindido, sem ônus, com a conclusão do processo de regularização da exploração de área pertencente à poligonal do Porto de Paranaguá, caso em que a ARRENDATÁRIA será notificada para devolver o objeto do arrendamento no prazo de 30 (trinta) dias.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA QUALIDADE

10.1 A ARRENDATÁRIA, como Operadora Portuária se obriga a manter os padrões de qualidade implantados no Terminal, bem como as demais normas de qualidade que vierem a ser determinadas pelas autoridades competentes e relativas ao objeto deste Instrumento Contratual.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO MANIFESTO DE MERCADORIA

11.1 A ARRENDATÁRIA se obriga a fornecer à APPA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da efetivação do fechamento de cada navio, informações detalhadas acerca da quantidade de mercadorias movimentadas e/ou estocadas na área arrendada, fornecendo, ainda, fechamentos com periodicidades mensais e semestral.

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Seção de Contratos
CNPJ: 79.621.439/0001-91
Rua Ayrton Senna da Silva, 161 CEP 83.221-030 - Paranaguá - PR
Fone 0XX 41 3420-1308/3420-1177 - Fax-0 XX 41 3422-5324 e-mail: APPAsupe@pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PARÁGRAFO ÚNICO

LIVRO Nº 033
FL. Nº 460
CONT. Nº 030-2014

11.2 Na hipótese de eventual constatação, pela APPA, de imprecisão nas quantidades informadas pela ARRENDATÁRIA, o fato será reportado à ANTAQ, para aplicação das penalidades previstas neste Instrumento, inclusive a rescisão do presente Instrumento.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA REALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES PORTUÁRIAS

12.1 A exploração da instalação portuária de que trata este Instrumento obriga a realização de operações portuárias por Operador Portuário pré-qualificado, de acordo com as normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis ficando, desde já, eleita a ARRENDATÁRIA como Operador Portuário da instalação portuária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

12.2 Será facultado a ARRENDATÁRIA o funcionamento, das operações durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante o período deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

12.3 A exploração do serviço deverá satisfazer às condições de regularidade, continuidade, eficiência, atualidade e generalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO

12.4 Para os fins previstos no Parágrafo Segundo desta Cláusula, considera-se:

- a) regularidade: a prestação dos serviços nas condições estabelecidas neste Instrumento e nas normas técnicas aplicáveis;
- b) continuidade: a manutenção, em caráter permanente, da oferta dos serviços;
- c) eficiência: a execução das operações portuárias e dos serviços de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios, que busquem, em

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Seção de Contratos
CNPJ: 79.621.439/0001-91
Rua Ayrton Senna da Silva, 161 CEP 83.221-030 - Paranaguá - PR
Fone OXX 41 3420-1308/3420-1177 - Fax-0 XX 41 3422-5324 e-mail: APPAsupe@pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 461
CONT. Nº 030-2014

caráter permanente, a excelência, e que assegurem, qualitativa e quantitativamente, o cumprimento dos objetivos e das metas do arrendamento e

- d) atualidade: a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e a sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e a expansão do serviço, na medida das necessidades dos usuários.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OPERAÇÕES EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

13.1 A APPA, em casos de emergência ou de calamidade pública, enquanto caracterizada urgência de atendimento que possa ocasionar prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os fins necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa, bem assim para atender situações de emergência que ponham em risco a distribuição de mercadorias essenciais ao consumo e uso do povo, poderá determinar a ARRENDATÁRIA a movimentação e armazenagem de mercadorias provenientes ou destinadas ao tráfego aquaviário, enquanto perdurar a situação de emergência ou calamidade pública.

PARÁGRAFO ÚNICO

13.2 Para os fins previstos no "caput" desta Cláusula, a ARRENDATÁRIA será ressarcida pelos serviços prestados e operações portuárias realizadas diretamente pelos proprietários ou consignatários das mercadorias movimentadas ou armazenadas, conforme acordo entre as partes. Na hipótese de não haver o acordo, o ressarcimento se fará pelos preços médios praticados, na ocasião, no Porto de Paranaguá.

14. CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXCLUSIVIDADE

14.1 É assegurado a ARRENDATÁRIA, ou terceiros por ele contratados, exclusividade na realização de operações portuárias na área da instalação portuária.

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Seção de Contratos
CNPJ: 79.621.439/0001-91
Rua Ayrton Senna da Silva, 161 CEP 83.221-030 - Paranaguá - PR
Fone 0XX 41 3420-1308/3420-1177 - Fax-0 XX 41 3422-5324 e-mail: APPAsupe@pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 462
CONT. Nº 030-2014

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ASSUNÇÃO DE RISCOS

15.1 A ARRENDATÁRIA assumirá, em decorrência deste Instrumento, integral responsabilidade por todos os riscos inerentes às atividades previstas neste Contrato ou por ela desempenhadas na instalação portuária objeto deste arrendamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS DEVERES GERAIS DAS PARTES

16.1 As partes se propõem a cooperar e a prestar auxílio mútuo na consecução dos objetivos e das metas do arrendamento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA ANTAQ E DA APPA

17.1 Incumbe à APPA e à ANTAQ:

- a) fiscalizar, em conjunto com a **ANTAQ**, e de forma permanente, o fiel cumprimento das obrigações da **ARRENDATÁRIA**, no aplicável ao arrendamento, às leis, aos regulamentos do Porto e ao Contrato;
- b) instruir os processos administrativos para aplicação das penalidades regulamentares e contratuais pela **ANTAQ**;
- c) fiscalizar permanentemente as operações da instalação portuária, zelando pela segurança e o respeito ao meio ambiente;
- d) extinguir o Instrumento, nos casos nele previstos, ou por determinação da **ANTAQ**;

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA ARRENDATÁRIA

18.1 Sem prejuízo do cumprimento das garantias comprometidas, incumbe a ARRENDATÁRIA:

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Seção de Contratos
CNPJ: 79.621.439/0001-91
Rua Ayrton Senna da Silva, 161 CEP 83.221-030 - Paranaguá - PR
Fone 0XX 41 3420-1308/3420-1177 - Fax-0 XX 41 3422-5324 e-mail: APPAsupe@pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 463
CONT. Nº 030-2014

- a) observar as condições de conservação, manutenção, recuperação e reposição dos equipamentos e bens associados ao arrendamento, bem como seu inventário e registro, que deverão ser devidamente atualizados;
- b) adotar e cumprir as medidas necessárias à fiscalização pela **APPA**, **ANTAQ** e pelas autoridades aduaneira, marítima, sanitária, de polícia e demais autoridades com atuação no Porto;
- c) prestar o apoio necessário aos agentes da **APPA** e da **ANTAQ**, permitindo-lhes o exame de todas as informações, operacionais e estatísticas, concernentes à prestação dos serviços vinculados ao arrendamento;
- d) garantir o acesso, pelas autoridades do Porto, pela **ANTAQ**, pela **SEP/PR** e pelas demais autoridades que atuam no setor portuário às instalações portuárias;
- e) prestar informações de interesse da **APPA** e das demais autoridades no porto, inclusive as de interesse específico da defesa nacional, para efeitos de mobilização;
- f) fornecer os dados e informações de interesse da **ANTAQ** e das demais autoridades com atuação no Porto;
- g) dar ampla e periódica divulgação dos preços regularmente praticados de atividades inerentes, acessória, complementares e projetos associados aos serviços prestados nas suas instalações portuárias, na forma ou veículo a ser estabelecido pela **APPA**;
- h) dar ampla e periódica publicação das demonstrações financeiras;
- i) fornecer mensalmente à **APPA**, no prazo de 5 (cinco) dias do encerramento do período, relatório contendo dados segmentados relativos ao volume de movimentação de carga;
- j) garantir a MMC de carga durante o período de vigência do contrato, com a obrigação de pagamento pela diferença não movimentada, bem como das tarifas frustradas, mensalmente, apurada pela **APPA**;

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Seção de Contratos
CNPJ: 79.621.439/0001-91
Rua Ayrton Senna da Silva, 161 CEP 83.221-030 - Paranaguá - PR
Fone 0XX 41 3420-1308/3420-1177 - Fax-0 XX 41 3422-5324 e-mail: APPAsupe@pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 464
CONT. Nº 030-2014

- k) submeter-se à arbitragem da **ANTAQ** em caso de conflitos de interpretação e execução deste Contrato;
- l) adotar medidas visando evitar, fazer cessar, mitigar ou compensar a geração de danos ao meio ambiente em decorrência da implantação ou exploração do empreendimento;
- m) contratar seguro de responsabilidade civil compatível com suas responsabilidades perante a **APPA**, os usuários e terceiros, bem como seguro do patrimônio arrendado;
- n) manter a integridade dos bens patrimoniais afetos ao arrendamento, conforme normas técnicas específicas, mantendo-os em condições normais de funcionamento, limpeza e conservação;
- o) prestar contas dos serviços à **APPA**, à **ANTAQ** e aos demais órgãos públicos competentes;
- p) abster-se de realizar quaisquer investimentos na instalação portuária, ressalvadas as despesas necessárias à manutenção da instalação portuária e seus bens integrantes durante o prazo de vigência deste Contrato, aplicando por sua conta e risco, os recursos necessários à exploração da instalação portuária arrendada;
- q) fornecer, à **APPA** e à **ANTAQ**, a lista de serviços regularmente oferecidos e submeter, para aprovação, aqueles não previstos no contrato de transição, com as respectivas descrições e preços de referência;
- r) prestar serviço adequado aos usuários, sem qualquer tipo de discriminação e sem incorrer em abuso de poder econômico;
- s) manter as condições de segurança operacional, de acordo com as normas em vigor, bem como comprovar o cumprimento do ISPS-Code;
- t) garantir a prestação continuada do serviço, salvo interrupção causada por caso fortuito ou força maior, comunicando imediatamente a ocorrência do fato à **APPA**;

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Seção de Contratos
CNPJ: 79.621.439/0001-91
Rua Ayrton Senna da Silva, 161 CEP 83.221-030 - Paranaguá - PR
Fone 0XX 41 3420-1308/3420-1177 - Fax-0 XX 41 3422-5324 e-mail: APPAsupe@pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 465
CONT. Nº 030-2014

- u) oferecer aos usuários todos os serviços prestados no contrato de transição, fixando-se preços máximos para a sua prestação, no caso de impossibilidade de competição;
- v) fornecer à **APPA** e à **ANTAQ**, quando solicitados, os dados e informações relativos à composição dos custos dos serviços;
- w) assumir a responsabilidade pela inexecução ou execução deficiente dos serviços prestados;
- x) respeitar e fazer cumprir as normas vigentes de segurança do trabalho.

19. CLÁUSULA DECIMA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DA ARRENDATÁRIA PERANTE A SEP/PR, A ANTAQ, APPA E A TERCEIROS

19.1 A ARRENDATÁRIA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, ambientais, fiscais, comerciais e quaisquer outros resultantes da execução deste Contrato e/ou de seu objeto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

19.2 A ARRENDATÁRIA responderá nos termos da lei, por quaisquer prejuízos causados à APPA, à SEP/PR e a terceiros no exercício da execução das atividades do arrendamento, não sendo imputável à APPA ou à SEP/PR qualquer responsabilidade, direta ou indireta.

PARÁGRAFO SEGUNDO

19.3 A ARRENDATÁRIA responde, também, nos termos da relação comitente-comissário, pelos prejuízos causados a terceiros pelas entidades que contratar para a execução das atividades vinculadas ao arrendamento.



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 466
CONT. Nº 030-2014

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CONTRATOS DA ARRENDATÁRIA COM TERCEIROS

20.1 Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos neste Instrumento, a ARRENDATÁRIA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao arrendamento, bem como a implantação de projetos associados, desde que não ultrapassem o prazo contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

20.2 Os Contratos celebrados entre a ARRENDATÁRIA e os terceiros a que se refere o "caput" desta Cláusula reger-se-ão pelas normas de direito privado aplicáveis e, quando for o caso, pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre esses terceiros e a SEP/PR, a ANTAQ ou a APPA.

PARÁGRAFO SEGUNDO

20.3 A execução das atividades contratadas pela ARRENDATÁRIA com terceiros pressupõe o cumprimento das normas legais, regulamentares e contratuais do arrendamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO

20.4 Constitui especial obrigação da ARRENDATÁRIA zelar para que nos seus contratos com terceiros, com objeto integrado às atividades do arrendamento, sejam rigorosamente observadas as regras deste Instrumento e demais normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS

21.1 São direitos dos usuários:

- a) receber serviço adequado a seu pleno atendimento, livre de discriminação e de abuso ao poder econômico, atendendo às condições de regularidade,

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Seção de Contratos
CNPJ: 79.621.439/0001-91
Rua Ayrton Senna da Silva, 161 CEP 83.221-030 - Paranaguá - PR
Fone 0XX 41 3420-1308/3420-1177 - Fax-0 XX 41 3422-5324 e-mail: APPAsupe@pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 467
CONT. Nº 030-2014

continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade de preços, conforme definido nas normas da **ANTAQ**;

- b) Obter e utilizar o serviço com liberdade de escolha entre prestadores do porto organizado;
- c) Receber da **APPA** e da **ARRENDATÁRIA** informações para a defesa de interesses individuais e coletivos;
- d) Levar ao conhecimento dos órgãos de fiscalização competentes às irregularidades de que tenham conhecimento, na execução deste contrato;
- e) Ser atendidos com cortesia pelos prepostos da **ARRENDATÁRIA** e pelos agentes de fiscalização e da **APPA** e **ANTAQ**;
- f) Receber da **ARRENDATÁRIA** informações acerca das características dos serviços, incluindo os seus preços.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA OBTENÇÃO DE LICENÇAS

22.1 Caberá a **ARRENDATÁRIA** obter todas as licenças e autorizações necessárias à execução das operações da instalação portuária arrendada.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO MEIO AMBIENTE

23.1 O gerenciamento e monitoramento da execução dos Programas Ambientais e demais atividades correlatas na área do Porto Organizado serão de responsabilidade da **APPA**, enquanto os relativos à instalação portuária arrendada serão de inteira responsabilidade da **ARRENDATÁRIA**.

PARÁGRAFO ÚNICO

23.2 A parcela do montante dos eventuais custos das atividades relativas aos Programas Ambientais, referidos no "caput" desta Cláusula, especificamente alocada para a área sob



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 468
CONT. Nº 030-2014

o arrendamento objeto deste Instrumento, será de ônus da ARRENDATÁRIA, que efetuará o respectivo reembolso à APPA, na forma e condições apresentadas e justificadas, pela mesma, na ocasião da ocorrência dessas despesas.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA PROTEÇÃO AMBIENTAL

24.1 A ARRENDATÁRIA se obriga a cumprir o disposto nas legislações federal, estadual e municipal, no que concerne à proteção ambiental, referente às suas obrigações assumidas por este Instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO

24.2 A ARRENDATÁRIA enviará à APPA relatório, para atendimento de exigências feitas pelos órgãos competentes e outros que se fizerem necessários, sobre:

- a) os impactos ambientais provocados em decorrência das operações portuárias realizadas no período;
- b) as ações adotadas para mitigar ou compensar os efeitos dos eventuais impactos ambientais provocados;
- c) os impactos ambientais previstos e as subsequentes medidas de mitigação e compensação;
- d) os danos ao meio ambiente, sempre que ocorrerem.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

25.1 A APPA e a ANTAQ exercerão, por meio de seus órgãos competentes, em caráter permanente, a fiscalização do fiel cumprimento deste Instrumento, na forma da Lei nº 12.815/13, Lei nº 10.233/01, Decreto nº 8.033/13 e demais Resoluções da ANTAQ.



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 469
CONT. Nº 030-2014

PARÁGRAFO PRIMEIRO

25.2 A APPA e a ANTAQ exercerão a fiscalização com amplos poderes junto a ARRENDATÁRIA, para a verificação de sua administração, seus equipamentos, métodos e práticas operacionais.

PARÁGRAFO SEGUNDO

25.3 A APPA notificará a ARRENDATÁRIA de quaisquer irregularidades apuradas, concedendo-lhe prazos para que sejam sanados, sob pena de encaminhamento de denúncia à ANTAQ a fim de aplicar as penalidades previstas neste Instrumento, bem como nas Resoluções da ANTAQ, no caso da não regularização.

PARÁGRAFO TERCEIRO

25.4 O exercício da fiscalização pela APPA e ANTAQ não exclui ou reduz a responsabilidade da ARRENDATÁRIA pela fiel execução deste Instrumento.

PARÁGRAFO QUARTO

25.5 Além da fiscalização prevista nas demais disposições deste Contrato, a ARRENDATÁRIA ficará sujeita à fiscalização a ser exercida pelas Autoridades Aduaneiras, Fluviais, Sanitárias, Ambientais e de Saúde, pela SEP/PR e pela ANTAQ, no âmbito de suas respectivas atribuições.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

26.1 A inexecução total ou parcial deste Instrumento ensejará a sua rescisão unilateral pela APPA, sem direito a indenização, sem prejuízo das penalidades previstas no presente contrato, na Lei nº 8.666/93, Lei nº 12.815/13 e Resoluções da ANTAQ.



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



PARÁGRAFO PRIMEIRO

LIVRO Nº 033
FL. Nº 470
CONT. Nº 030-2014

26.2 A APPA poderá rescindir este Instrumento, após consulta à ANTAQ, em casos de violação grave, contínua e não sanada ou não sanável das obrigações da ARRENDATÁRIA, bem como nos demais casos aqui previstos e nas seguintes situações:

- a) desvio de objeto da **ARRENDATÁRIA**;
- b) dissolução da **ARRENDATÁRIA**;
- c) subarrendamento;
- d) atraso de 2 (dois) pagamentos pela **ARRENDATÁRIA**, mensais e sucessivos;
- e) declaração de falência ou requerimento de recuperação judicial;
- f) interrupção da execução do Contrato sem causa justificada;
- g) operações portuárias realizadas com infringência das normas legais e regulamentares aplicáveis;
- h) descumprimento de decisões judiciais;
- i) ocupação e/ou utilização de área, além daquela estabelecida neste Instrumento;
- j) ocorrência do estabelecido no Parágrafo Primeiro da Cláusula Vigésima Sétima deste Instrumento, observado o disposto em seu Parágrafo Segundo, bem como retomada as área arrendada, para atendimento de exigência do interesse público;
- k) imprecisões nas quantidades informadas pela **ARRENDATÁRIA** relativas às movimentações de mercadorias, conforme a Parágrafo Único da Cláusula Décima Primeira - DO MANIFESTO DE MERCADORIAS.
- l) pela finalização do processo de regularização da exploração de área pertencente à poligonal do Porto de Paranaguá.



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 471
CONT. Nº 030-2014

PARÁGRAFO SEGUNDO

26.3 A rescisão do Instrumento nas hipóteses previstas no "caput" desta Cláusula e em seu Parágrafo Primeiro, deverá ser precedida da verificação da inadimplência da ARRENDATÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO

26.4 Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados a ARRENDATÁRIA, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos neste Instrumento, dando-lhe um prazo de 15 (quinze) dias corridos para corrigir as falhas das transgressões apontadas, findo o qual, não tendo sido sanadas completamente as irregularidades, nova, idêntica e última comunicação será feita concedendo-se o mesmo prazo para o enquadramento da ARRENDATÁRIA.

PARÁGRAFO QUARTO

26.5 Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência da ARRENDATÁRIA, a rescisão será declarada, independentemente de qualquer indenização.

PARÁGRAFO QUINTO

26.6 O Contrato será rescindido, sem ônus para quaisquer das Partes, com a conclusão do processo de regularização da exploração de área pertencente à poligonal do Porto de Paranaguá do objeto arrendado, caso em que a ARRENDATÁRIA será notificada para devolver o objeto do arrendamento no prazo de 30 (trinta) dias.

27. CLAUSULA VIGÉSIMA SETIMA - DAS CAUSAS JUSTIFICADORAS DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

27.1 A inexecução do Instrumento, resultante de força maior, de caso fortuito, de fato do príncipe, de fato da Administração ou de interferências imprevistas que retardem ou impeçam a execução parcial ou total do ajuste, exonera a ARRENDATÁRIA de responsabilidade relativa ao descumprimento das obrigações emergentes do Instrumento, assim como aos pagamentos emergentes do Contrato, desde que tais fatos sejam devidamente justificados pela ARRENDATÁRIA e aceitos pela APPA.



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 472
CONT. Nº 030-2014

PARÁGRAFO PRIMEIRO

27.2 Para os fins previstos no "caput" desta Cláusula considera-se:

- a) força maior: o evento humano que por sua imprevisibilidade e inevitabilidade cria para a **ARRENDATÁRIA** óbice intransponível na execução do Instrumento, traduzindo ato superveniente impeditivo para o cumprimento das obrigações assumidas;
- b) caso fortuito: o evento da natureza, que, por sua imprevisibilidade e inevitabilidade, gera para a **ARRENDATÁRIA** obstáculo irremovível no cumprimento do Instrumento;
- c) fato do príncipe: toda determinação estatal, geral, imprevisível e imprevista, positiva ou negativa, que onere substancialmente a execução do Instrumento;
- d) fato da Administração: toda ação ou omissão de órgão da Administração Pública, que, incidindo direta e especificamente sobre o Instrumento, retarde, agrave ou impeça a sua execução; o fato da Administração se equipara a força maior e produz os mesmos efeitos excludentes da responsabilidade da **ARRENDATÁRIA** pela inexecução do ajuste;

PARÁGRAFO SEGUNDO

27.3 Por se tratar de contrato em caráter de transição, as superveniências previstas nesta Cláusula não darão lugar à reposição do equilíbrio econômico e financeiro do Instrumento, podendo, a critério das partes, proceder-se a rescisão do presente Instrumento.

28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DAS PENALIDADES

28.1 Ressalvadas as disposições deste Instrumento com penalidades específicas já previstas, bem como as penalidades constantes em normas específicas da ANTAQ, a **ARRENDATÁRIA**, deixando de cumprir quaisquer outras cláusulas deste Instrumento contratual ou infringindo disposições legais vigentes, estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato da área vigente, que lhe será imposta pela ANTAQ.



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 473
CONT. Nº 030-2014

PARÁGRAFO PRIMEIRO

28.2 Das multas aplicadas, que serão precedidas do contraditório e ampla defesa, caberá recurso à Diretoria da ANTAQ, no prazo de 15 (quinze) dias da data da comunicação.

PARÁGRAFO SEGUNDO

28.3 Não havendo recurso ou sendo o mesmo indeferido, a APPA executará a garantia referida na Cláusula Trigésima Sétima - DOS SEGUROS E DAS GARANTIAS, caso a ARRENDATÁRIA não proceda ao depósito das multas no prazo estabelecido.

29. CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DA EXTINÇÃO DO ARRENDAMENTO

29.1 Sem prejuízo das demais disposições acerca da extinção do contrato previstas neste Instrumento, extingue-se o arrendamento por:

- I. advento do termo contratual;
- II. rescisão;
- III. retomada da área arrendada
- IV. falência ou extinção da ARRENDATÁRIA;

PARÁGRAFO PRIMEIRO

29.2 Extinto o contrato de transição, retornam à APPA os direitos e privilégios decorrentes do arrendamento, com devolução dos bens a ele vinculados, sem qualquer indenização à ARRENDATÁRIA.

PARÁGRAFO SEGUNDO

29.3 A APPA procederá aos levantamentos e avaliações necessárias no prazo de 30 (trinta) dias contados da extinção do contrato, sendo que uma vez constatados danos nos bens vinculados à instalação portuária, os prejuízos apurados deverão ser indenizados pela ARRENDATÁRIA.



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 474
CONT. Nº 030-2014

PARÁGRAFO TERCEIRO

29.4 A devolução dos bens vinculados ao arrendamento será feita sem qualquer indenização.

PARÁGRAFO QUARTO

29.5 Extinto este Contrato, haverá a imediata assunção da área arrendada pela APPA ou pela nova ARRENDATÁRIA, se houver.

PARÁGRAFO QUINTO

29.6 A área arrendada deverá estar livre e desembaraçada de qualquer outro bem que não seja afeto à instalação portuária e se encontrar em perfeitas condições de conservação, comprovada por atestado técnico da APPA.

PARÁGRAFO SEXTO

29.7 Na hipótese de não ser procedida a entrega do imóvel à APPA, o valor mensal gerado pelo Contrato será aumentado, automática e independentemente de qualquer notificação, em 50% (cinquenta por cento), ficando ainda a ARRENDATÁRIA sujeita ao pagamento de multa diária de 1% (um por cento) do valor já aumentado, a partir do mês subsequente ao da extinção do Contrato, até a efetiva e integral desocupação da instalação arrendada, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades contratuais e legais e da adoção, pela UNIÃO, ANTAQ ou APPA das medidas judiciais cabíveis para reaver a posse da instalação portuária.

PARÁGRAFO SETIMO

29.8 Quando da devolução da área, a ARRENDATÁRIA deverá fazê-lo sem qualquer débito, inclusive junto aos seus fornecedores de água e energia elétrica, na hipótese desse fornecimento não ser efetuado pela APPA.

PARÁGRAFO OITAVO

29.9 Por ocasião do termino do contrato, a ARRENDATÁRIA se obriga a apresentar um laudo ambiental discriminando o eventual passivo ambiental do terminal.



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 475
CONT. Nº 030-2014

30. CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DOS BENS QUE INTEGRAM O ARRENDAMENTO

30.1 Integram o arrendamento, para o efeito de devolução ao final deste Contrato, todos os bens vinculados à instalação portuária, cuja posse, guarda, manutenção e vigilância são de responsabilidade da ARRENDATÁRIA, notadamente todos os bens vinculados à operação e manutenção das atividades da instalação portuária, transferidos à ARRENDATÁRIA, conforme listados no Anexo II.

PARÁGRAFO ÚNICO

30.2 A instalação portuária e os bens mencionados "caput" serão transferidos à ARRENDATÁRIA mediante a assinatura de Termo de Arrolamento – Anexo III, concomitantemente à celebração deste Contrato.

31. CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA GUARDA E DA VIGILÂNCIA DOS BENS QUE INTEGRAM O ARRENDAMENTO

31.1 A ARRENDATÁRIA é responsável pela guarda e vigilância dos bens que integram o arrendamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

31.2 A ARRENDATÁRIA não poderá onerar, alienar ou transferir a posse dos bens do arrendamento referidos na Cláusula Trigésima Segunda.

PARÁGRAFO SEGUNDO

31.3 A ARRENDATÁRIA se obriga a informar à APPA e às autoridades públicas quaisquer atos ou fatos ilegais ou ilícitos de que tenha conhecimento em razão das atividades objeto deste arrendamento.



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 476
CONT. Nº 030-2014

32. CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DA DEVOLUÇÃO DOS BENS QUE INTEGRAM O ARRENDAMENTO

32.1 Devolvem-se à APPA, gratuita e automaticamente, na extinção do contrato, todos os bens vinculados ao Arrendamento, notadamente aqueles indicados no Anexo II, incluindo, sem se limitar, as obras civis, equipamentos de grande porte, sistemas de comunicação e de informática, instalações elétricas e de comunicação de dados, sistema de controle e de segurança, além de todos os demais bens vinculados à instalação portuária, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos objeto deste arrendamento; nesta oportunidade, cessam para a ARRENDATÁRIA todos os direitos emergentes deste Contrato.

32.2 Na extinção do Arrendamento, haverá imediata assunção das Atividades relacionadas ao Arrendamento pela APPA, que ficará autorizada a ocupar as instalações e a utilizar todos os bens do arrendamento.

33. CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DO TERMO DE DEVOLUÇÃO DE BENS

33.1 Na extinção do arrendamento será procedida uma vistoria dos bens que integram o arrendamento, para os efeitos previstos neste Instrumento, e lavrado pelas Partes um "Termo de Devolução de Bens" sob a guarda da ARRENDATÁRIA ou integrados ao arrendamento, com indicação detalhada do estado de conservação dos mesmos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

33.2 Os bens deverão ser mantidos em condições normais de uso, de forma que, quando de sua entrega à APPA, se encontrem em perfeito estado, exceto pelo resultado normal do processo de deterioração.

PARÁGRAFO SEGUNDO

33.4 Caso a entrega dos bens para a APPA não se verifique nas condições exigidas nesta Cláusula, a ARRENDATÁRIA indenizará a APPA pelos prejuízos causados, devendo a indenização ser calculada nos termos legais.



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 477
CONT. Nº 030-2014

34. CLAUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DOS SEGUROS E DAS GARANTIAS

34.1 A ARRENDATÁRIA se obriga ao pagamento dos prêmios e a manter em vigor, a partir da data de assinatura deste Instrumento Contratual e durante todo o prazo de sua vigência, as apólices de seguro necessárias para garantir uma efetiva cobertura para todos os riscos inerentes ao arrendamento -- bens e pessoas --, inclusive contra terceiros, devidamente atualizadas, de acordo com a legislação aplicável, fornecendo à APPA e ANTAQ cópias das referidas apólices.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

34.2 Todas as apólices de seguros a serem contratados pela ARRENDATÁRIA deverão conter cláusula de renúncia aos direitos de sub-rogação contra o Poder Concedente, seus representantes, os financiadores, e seus sucessores, e conterão cláusulas estipulando que não serão canceladas e nem terão alteradas quaisquer de suas condições, sem prévia autorização escrita do Poder Concedente. A ARRENDATÁRIA deve dar ciência às Companhias Seguradoras do teor desta Cláusula que exime a APPA, ANTAQ e SEP/PR de qualquer responsabilidade oriunda de toda espécie de sinistro.

PARÁGRAFO SEGUNDO

34.3 Para garantia do fiel cumprimento das cláusulas e condições deste contrato de transição, a ARRENDATÁRIA deverá apresentar à APPA, no prazo de 10 (dez) dias contado a partir da data de assinatura deste Instrumento Contratual, sob pena de sua nulidade, comprovação das garantias em algumas das modalidades descritas no parágrafo terceiro, da seguinte forma:

a) *com relação ao arrendamento*: o correspondente a três vezes o valor da remuneração mensal total do arrendamento, no importe R\$203.054,67 (duzentos e três mil, cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos);

b) *com relação à movimentação de mercadorias*: antes do início de cada operação, a ARRENDATÁRIA prestará garantia para os serviços que ela requisitou à APPA e para aqueles pelos quais será responsável pelo pagamento, no valor correspondente às tarifas aplicadas aos volumes a serem movimentados, a preços atualizados.

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Seção de Contratos
CNPJ: 79.621.439/0001-91
Rua Ayrton Senna da Silva, 161 CEP 83.221-030 - Paranaguá - PR
Fone 0XX 41 3420-1308/3420-1177 - Fax-0 XX 41 3422-5324 e-mail: APPAsupe@pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 478
CONT. Nº 030-2014

PARÁGRAFO TERCEIRO

34.4 A garantia mencionada no Parágrafo Segundo deverá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro;
- b) em fiança bancária, apresentada obrigatoriamente na via original, contendo: subscrição de 2 (duas) testemunhas e firmas de todos os signatários reconhecidas em Cartório de Notas;
- c) em seguro-garantia, apresentado obrigatoriamente na via original da respectiva apólice, juntamente com o comprovante de pagamento do respectivo prêmio;
- d) em Títulos da Dívida Pública da **UNIÃO**, devendo ser apresentada carta de custódia bancária à ordem da **APPA**, apresentado obrigatoriamente na via original.

OBS: Nas hipóteses das alíneas "b" e "d", os representantes do estabelecimento bancário terão de apresentar cópia autenticada da Procuração, habilitando-os a assinarem o referido documento.

34.5 As cartas de fiança e as apólices de seguro-garantia deverão ter vigência mínima de 240 (duzentos e quarenta) dias a contar da data de celebração deste instrumento, sendo de inteira responsabilidade da ARRENDATÁRIA mantê-las em plena vigência e de forma ininterrupta durante todo o prazo contratual.

PARÁGRAFO QUARTO

34.6 Qualquer modificação no conteúdo da carta de fiança ou no seguro-garantia deve ser previamente submetida à aprovação da APPA.

PARÁGRAFO QUINTO

34.7 Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no Contrato e na regulamentação vigente, a Garantia de Execução do Contrato poderá ser utilizada nos seguintes casos:

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Seção de Contratos
CNPJ: 79.621.439/0001-91
Rua Ayrton Senna da Silva, 161 CEP 83.221-030 - Paranaguá - PR
Fone 0XX 41 3420-1308/3420-1177 - Fax-0 XX 41 3422-5324 e-mail: APPAsupe@pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 479
CONT. Nº 030-2014

- a) Quando a ARRENDATÁRIA não cumprir com as obrigações assumidas neste Contrato, ou executá-las em desconformidade com o aqui estabelecido;
- b) Quando a ARRENDATÁRIA não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas, na forma do Contrato;
- c) Nos casos de devolução dos bens vinculados ao arrendamento em desconformidade com as exigências estabelecidas no Contrato.

PARÁGRAFO SEXTO

34.8 A Garantia de Execução do Contrato também poderá ser executada sempre que a ARRENDATÁRIA não adotar providências para sanar inadimplemento de obrigação legal, contratual ou regulamentar, sem qualquer outra formalidade além do envio de notificação pela APPA, na forma da regulamentação vigente, o que não eximirá a ARRENDATÁRIA das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo Contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO

34.9 Sempre que a APPA utilizar a Garantia de Execução do Contrato, a ARRENDATÁRIA deverá proceder à reposição do seu montante integral, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua utilização, sendo que, durante este prazo, a ARRENDATÁRIA não estará eximida das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo Contrato.

PARÁGRAFO OITAVO

34.10 O montante caucionado, conforme letra "a" do Parágrafo Segundo, referente ao arrendamento, somente será devolvido ou liberado, após a extinção – por decurso de prazo ou por rescisão deste Contrato - e depois de liquidados eventuais débitos dele oriundos, tudo sem responsabilidade da APPA e ANTAQ por qualquer compensação pela mora da devolução.



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 480
CONT. Nº 030-2014

35. CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DO REGIME JURÍDICO E FISCAL DO ARRENDAMENTO

35.1 Este arrendamento reger-se-á pelas cláusulas e condições nele acordadas pelas Partes, sem prejuízo da incidência das normas legais e regulamentares aplicáveis, constantes da Lei nº 12.815/13, da Lei nº 8.666, de 1993, e suas alterações, das Resoluções da ANTAQ, do Regulamento de Exploração do Porto e pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

PARÁGRAFO ÚNICO

35.2 As operações portuárias da ARRENDATÁRIA ficam sujeitas, nos termos e nas condições da legislação brasileira aplicável, ao regime fiscal que vigorar durante o período do arrendamento.

36. CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DA INVALIDADE PARCIAL DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO

36.1 Se alguma disposição deste Instrumento vier a ser considerada nula ou inválida, tal fato poderá não afetar as demais disposições, que poderão manter-se em vigor.

37. CLÁUSULA TRIGÉSIMA SETIMA - DA TRANSFERÊNCIA DO ARRENDAMENTO

37.1 É vedado a ARRENDATÁRIA transferir o arrendamento ou por qualquer modo realizar qualquer negócio jurídico que vise atingir idênticos resultados, sendo nulo qualquer ato praticado em violação ao disposto nesta Cláusula.



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 481
CONT. Nº 030-2014

38. CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DO SUBARRENDAMENTO

38.1 É vedado o subarrendamento.

39. CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DO VALOR DO CONTRATO DE TRANSIÇÃO

39.1 Para fins meramente legais, dá-se ao presente Instrumento o valor global estimado de R\$ 406.109,34 (quatrocentos e seis mil, cento e nove reais e trinta e quatro centavos doze centavos).

40. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DO ALFANDEGAMENTO

40.1 É de responsabilidade da ARRENDATÁRIA todas as providências relativas ao alfandegamento da área arrendada.

41. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DA SEGURANÇA NO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL

41.1 O atendimento às Normas de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho é obrigação da ARRENDATÁRIA nas atividades exercidas nas INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS, observando integralmente o disposto na Lei nº 6.514/77 e nas Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho, ou sucessoras.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

41.2 Fica a ARRENDATÁRIA obrigada a:

- a) Instalar sinalização de segurança nos pontos de escalação de trabalho, nos locais de operação, nos terminais e nas áreas arrendadas, devendo providenciar a confecção das placas ou faixas itinerantes para colocação em local visível para os trabalhadores na área das operações, contendo informações do produto a ser movimentado, cuidados a serem tomados, riscos



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 482
CONT. Nº 030-2014

da operação a serem evitados, equipamentos de proteção individual obrigatórios para a movimentação, telefones úteis e de emergência (Corpo de Bombeiros, Ambulância) e as informações de segurança necessárias para a realização das operações, bem como identificar as necessidades de sinalização em locais estratégicos;

- b) Exigir, quer por trabalhadores, quer pelos demais profissionais e visitantes de sua área, o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) mínimo durante a permanência na zona primária do Porto Organizado, a saber: botas, capacete, colete reflexivo ou faixa reflexiva, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários de acordo com a natureza e o risco da operação que se realize;

PARÁGRAFO SEGUNDO

41.3 O não cumprimento das disposições do "caput" sujeitará o infrator à aplicação, por parte da ANTAQ, das penas previstas no art. 38 da Lei nº 12.815/13, de acordo com os artigos 42 e 43 daquele mesmo diploma legal, sem prejuízo de outras penalidades.

42. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

42.1 A ARRENDATÁRIA concorda expressamente e reconhece o direito da APPA de encerrar o Contrato de Transição previamente ao prazo de vigência previsto ou ainda à finalização do processo licitatório, caso constate omissões ou atos que importem em prejuízo da necessária celeridade do processo licitatório em questão, sem ônus para quaisquer das Partes.

43. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

43.1 O Foro deste Contrato é o da Cidade de Paranaguá, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROJUR - Procuradoria Jurídica
SEÇÃO DE CONTRATOS



LIVRO Nº 033
FL. Nº 483
CONT. Nº 030-2014

43.2 E, por estarem de pleno acordo, assinam as partes o presente Instrumento, em 2 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Paranaguá, 26 de maio de 2014.

SUPERINTENDENTE DA APPA
LUIZ HENRIQUE TESSUTTI DIVIDINO

DIRETOR TÉCNICO DA APPA
PAULINHO DALMAZ

DIRETOR DE DESENV. EMPRESARIAL
LOURENÇO FREGONESE

DIRETORA ADM. E FINANCEIRA DA APPA
JACQUELINE ANDREA WENDPAP

PROCURADORA JURÍDICA DA APPA
ELAINA EBERT CASTRO SANTOS

COOPERATIVA CENTRAL REGIONAL - COTRIGUAÇU
VALTER PITOL

COOPERATIVA CENTRAL REGIONAL - COTRIGUAÇU
CÂNDIDO TAKASHIBA

TESTEMUNHA *Luiz Fernando Garcia da Silva*
RG: *44.332.331-8 SSP/SP*

TESTEMUNHA *Alex S. Pereira Avila*
RG: *0.781.524-2*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DAS PESSOAS NATURAIS
MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA • COMARCA DE CORBÉLIA • ESTADO DO PARANÁ

TABELIONATO
TRENTO

Neocir Angelo Trento
Escritor e Substituto

Bel. Neiva Trento
Notária e Registradora

Juliane Trento
Escritor e Juramentada

Rua Senador Nereu Ramos, 637 • CEP 85.415-000 • Cafelândia • Paraná • Fone: (45)3241-1556 • Fax: (45)3241-1776
email: tabelionatotrento@hotmail.com



Livro: 64-P

Folhas: 129

Capa: 0004903

PROCURAÇÃO PÚBLICA QUE FAZ: VALTER PITOL A
FAVOR DE CÂNDIDO TAKASHIBA NA FORMA
ABAIXO DECLARADA.-

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, (22/05/2014), nesta cidade de Cafelândia, Comarca de Corbélia, Estado do Paraná, em Cartório, compareceu, como Outorgante: **VALTER PITOL**, brasileiro, casado, nascido em 01/10/1949, natural de Cotiporã/RS, filho de MARCELO PITOL e EULALIA LOURDES DE GASPERIN PITOL, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade RG. sob nº **1.442.615-9/SSP/PR.**, expedida em 14/07/2005 e inscrito no CPF/MF sob nº **132.955.860-04**, residente e domiciliado na Rua Governador Moisés Lupion, nº 524, centro, em Cafelândia-PR. Reconhecido por mim, Neiva Trento, Tabeliã, conforme os documentos que me foram apresentados. E aí, pelo Outorgante, me foi dito que nomeia e constitui seu bastante procurador, **CÂNDIDO TAKASHIBA**, brasileiro, casado, superintendente, portador da Cédula de Identidade RG. sob nº **3.587.604-9/SSP/PR.**, e inscrito no CPF/MF sob nº **513.255.199-87**, residente e domiciliado em Cascavel-PR; ao qual confere poderes específicos para assinar isoladamente o Contrato Emergencial, celebrado entre a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA e a COTRIGUAÇU Cooperativa Central, decorrente da extinção do Contrato Emergencial nº 06 de 04 de dezembro de 2013, conforme decisão do Conselho de Administração da COTRIGUAÇU de 28 de março de 2014, podendo praticar todos os atos necessários e vinculados estritamente a este fim, inclusive assinar documentos inerentes ao bom desempenho deste mandato. Não podendo substabelecer. O presente instrumento tem validade até o dia 30 de dezembro de 2014 e somente para esta finalidade. Os elementos, documentos e dados contidos neste instrumento foram fornecidos e declarados pelo outorgante, ficando responsável e comprometido por sua veracidade, bem como por qualquer incorreção. Assim o disse, do que dou fé. A pedido, lavrei-lhe a presente procuração que, depois de lida e achada em tudo conforme, outorga, aceita e assina, dispensando as testemunhas do ato de acordo com o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça deste Estado. . Protocolo nº 451/2014 em aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze. Eu, (a.), Neiva Trento, Tabeliã, que a escrevi, conferi, subscrevo, dou fé e assino. Custas: R\$60,38 (VRC 384,62); Selo: R\$0,47. Selo Digital Nº Tke3r.D89HK.t8Ddb, Controle: RJW1Q.Er1D. Cafelândia-PR, 22 de maio de 2014. (aa.) VALTER PITOL, Outorgante. Neiva Trento, Tabeliã.. Nada mais. Traslada em seguida, confere em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé. Eu, Neiva Trento, Tabeliã, que a trasladei, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e raso.

Em Testº _____ da Verdade

Cafelândia-PR, 22 de maio de 2014

Neiva Trento
Tabeliã



EM BRANCO



TABELIONATO
TRENTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DAS PESSOAS NATURAIS
MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA • COMARCA DE CORBÉLIA • ESTADO DO PARANÁ

Neocir Angelo Trento

Escrevente e Substituto

Rua Senador Nereu Ramos, 637 • CEP 85.415-000 • Cafelândia • Paraná • Fone: (45)3241-1556 • Fax: (45)3241-1776
email: tabelionatotrento@hotmail.com

Bel. Neiva Trento
Notária e Registradora

Juliane Trento

Escrevente Juramentada

Livro:64-P

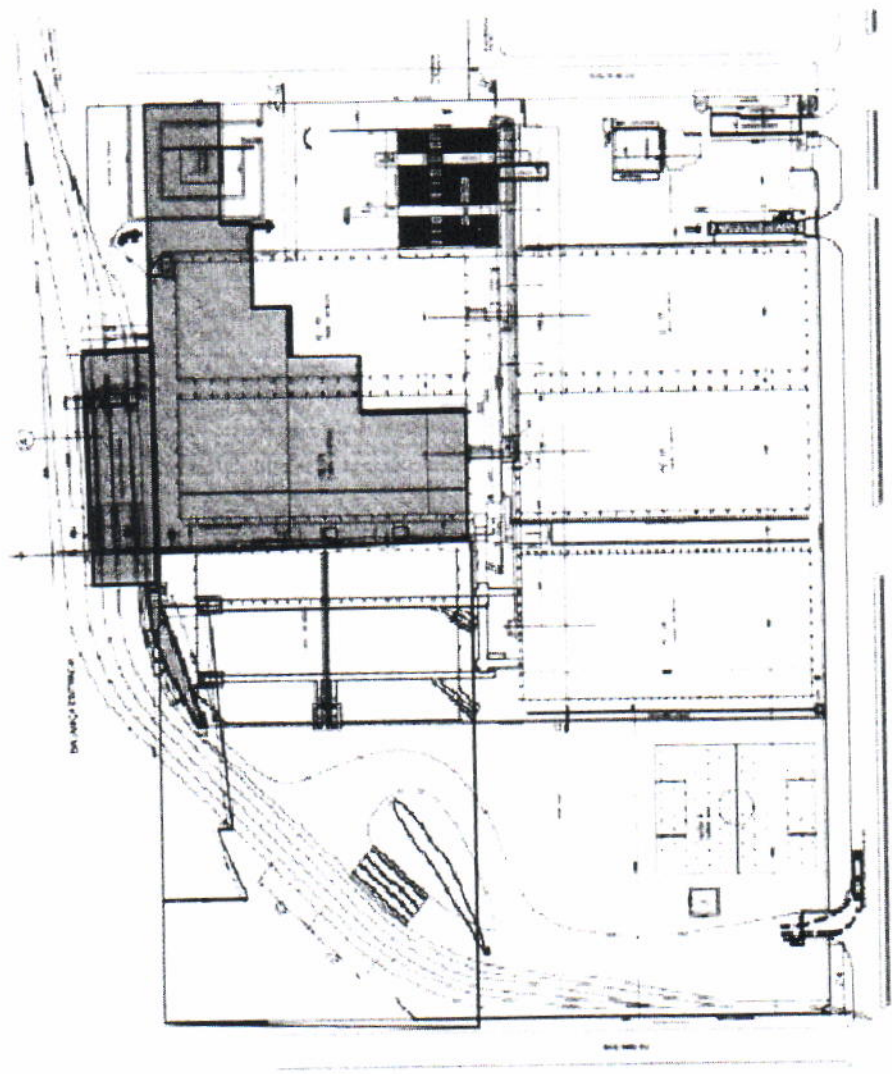
Folhas: 129

Capa:0004903



FUNARPEN
SELO DIGITAL Nº
Tke3r.D89HK.t8Ddb
Controle:
RJW1Q.Er1D
Consulte esse selo em
<http://funarpen.com.br>

EM BRANCO



ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PORCENTAGEM DA APPA	UNID	QUANT.
1.0	Armazém 03 - comp. 108,7 m - larg. 41,80 m			
1.1	Armazém 03			
1.1.1	Armazém 03	38,11%	m²	4.543,66
1.1.2	Fundação (Estacas)	38,11%	m	12.100,00
1.2	Equipamentos			
1.2.1	Correia Transportadora -C3 - Largura de 36" - (500 t/h)	25,23%	m	112,80
1.2.2	Correia Transportadora -CT3 - Largura de 54" - (1.500 t/h)	31,50%	m	122,50
1.3	Edificações			
1.3.1	Oficina mecânica, almoxarifado e demais salas operacionais	56,37%	m	1.748,00
	SUBTOTAL 1			
2.0	Armazém 04			
2.1	Armazém 04			
2.1.1	Edificação (108,7m x 41,80m) hr3,50m	93,08%	m²	4.543,66
2.1.2	Fundação (Estacas)	93,08%	m	12.100,00
2.2	Equipamentos			
2.2.1	Correia Transportadora -C4 - Largura de 36" - (500 t/h)	84,36%	m	112,80
2.2.2	Correia Transportadora -CT4- Largura de 54" - (1.500 t/h)	83,87%	m	123,10
	SUBTOTAL 2			
3.0	Área da Ilonga Ferroviária			
3.1	Galpão - (Estrutura chf)	100,00%	unid	1,00
3.2	Equipamentos			
3.2.1	Correias	63,41%	unid	1,00
3.2.2	Elevadores	100,00%	unid	1,00
3.2.3	Balanças ferroviárias	100,00%	unid	3,00
3.2.4	Sistema de Captação de Pó	100,00%	unid	1,00
3.2.5	Balança Rodoviária	100,00%	unid	1,00
	SUBTOTAL 3			



RESOLUÇÃO Nº 3397 - ANTAQ, DE 21 DE MAIO DE 2014.

AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA A CELEBRAR CONTRATO DE TRANSIÇÃO JUNTO À COOPERATIVA CENTRAL REGIONAL LTDA – COTRIGUAÇU.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV, do art. 54, do Regimento Interno, considerando o que consta no Processo nº 50300.000606/2014-42, *ad referendum* da Diretoria Colegiada,

Resolve:

Art. 1º Autorizar a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA a celebrar Contrato de Transição, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, junto à Cooperativa Central Regional Ltda - COTRIGUAÇU, inscrita no CNPJ sob o nº 77.118.131/0001-00, nos termos do § 1º, do art. 35, da norma aprovada pela Resolução nº 2240-ANTAQ, de 4 de outubro de 2011, com a redação dada pela Resolução nº 2826-ANTAQ, de 12 de março de 2013.

Art. 2º Expirado o prazo contratual sem que o procedimento licitatório da área em questão tenha sido concluído pela autoridade competente, e desde que mantidas as mesmas condições de exploração e operacionalidade, a Autoridade Portuária fica autorizada a celebrar novo instrumento contratual, devendo encaminhá-lo à ANTAQ em até 30 dias após a sua assinatura.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral

Publicada no DOU de 22/05/2014, seção I

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO
EXTRATO DO CONTRATO DE TRANSIÇÃO nº 029-2014

PARTES: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA E A COAMO AGROINDUSTRIAL.

OBJETO: Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo ANTAQ nº 50300.000607/2014-97, resolvem celebrar o presente **Contrato de Transição nº 029/2014**, com fundamento no art. 35, § 1º, da Resolução nº 2240-ANTAQ, de 04 de outubro de 2011, com a redação dada pela Resolução nº 2.826-ANTAQ, o qual sujeita as partes às normas disciplinares contida na Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nos demais atos normativos de regência.

VALOR: O valor de R\$0,82/m² (oitenta e dois centavos por metro quadrado), equivalente a parcelas mensais R\$34.606,67 (trinta e quatro mil, seiscentos e seis reais e trinta e um centavos) - base julho 2013.

PRAZO: O prazo do presente Instrumento é de até 180 (cento e oitenta) dias, ou até que se encerre o processo licitatório da área em questão, o que ocorrer primeiro, cabendo à ARRENDATÁRIA adotar todas as providências necessárias à desocupação da instalação portuária ao fim do prazo contratual, sob pena de incidência das cominações previstas neste Contrato.

AUTORIDADE: Superintendente da APPA.

DATA DA AUTORIZAÇÃO: 21.05.2014 - Resolução nº 3399 - ANTAQ.

PROTOCOLO: 13.190.255-7

DATA DO CONTRATO: 26.05.2014

Paranaguá, 29 de Maio de 2014.

ELAINE EBERT CASTRO SANTOS
PROCURADORIA JURÍDICA DA APPA

R\$ 216,00 - 50944/2014

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO
EXTRATO DO CONTRATO DE TRANSIÇÃO nº 030-2014

PARTES: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA E A COOPERATIVA CENTRAL REGIONAL COTRIGUAÇU

OBJETO: Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo ANTAQ nº 50300.000606/2014-42, resolvem celebrar o presente **Contrato de Transição nº 030/2014**, com fundamento no art. 35, § 1º, da Resolução nº 2240-ANTAQ, de 04 de outubro de 2011, com a redação dada pela Resolução nº 2.826-ANTAQ, o qual sujeita as partes às normas disciplinares contida na Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nos demais atos normativos de regência.

VALOR: O valor de R\$4,75/m² (quatro reais e setenta e cinco centavos por metro quadrado), equivalente a parcelas mensais R\$67.684,89 (sessenta e sete mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e oitenta e nove centavos) - Base Dezembro de 2013.

PRAZO: O prazo do presente Instrumento é de até 180 (cento e oitenta) dias, ou até que se encerre o processo licitatório da área em questão, o que ocorrer primeiro, cabendo à ARRENDATÁRIA adotar todas as providências necessárias à desocupação da instalação portuária ao fim do prazo contratual, sob pena de incidência das cominações previstas neste Contrato.

AUTORIDADE: Superintendente da APPA.

DATA DA AUTORIZAÇÃO: 21.05.2014 - Resolução nº 3397 - ANTAQ.

PROTOCOLO: 13.190.255-7

DATA DO CONTRATO: 26.05.2014

Paranaguá, 29 de Maio de 2014.

ELAINE EBERT CASTRO SANTOS
PROCURADORIA JURÍDICA DA APPA

R\$ 216,00 - 50955/2014

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº. 003/2014
Protocolo: 11.538.571-2

OBJETO: Contratação dos serviços de vigilância armada e desarmada com pessoal uniformizado e supervisão eletrônica, com comunicação via rádio transceptor e celular, possibilitando a comunicação coletiva, nas áreas de atuação, conforme especificações do Edital e seus anexos.
VALOR MÁXIMO: R\$ 5.323.720,80 (cinco milhões, trezentos e vinte e três mil, setecentos e vinte reais e oitenta centavos)

DATA DA LICITAÇÃO: 16 de junho de 2014 - **HORÁRIO:** 14:00 h

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: no site www.comprasparana.pr.gov.br
E-mail: pregaoeletronico@appa.pr.gov.br

Paranaguá, 29 de maio de 2014.

Equipe de Pregão

R\$ 144,00 - 51149/2014

DER

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

AVISO Nº 086/2014

CONCORRÊNCIA Nº 003/2014 - DER/DOP

OBJETO: Construção de muro de arrimo para contenção de encostas entre as estacas 1741 à 1747 + 9.273 metros, na rodovia PR.180, trecho: Contorno de Francisco Beltrão, na circunscrição da Superintendência Regional Oeste - Cascavel, conforme condições previstas no Termo de Referência - Anexo 01 do Edital e no Projeto de Engenharia.

PREÇO MÁXIMO: R\$ 1.243.237,81

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Até o dia 10/07/2014 - No Protocolo Geral do DER/PR no período compreendido entre 8:30 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

DATA DA ABERTURA: 11 de julho de 2014 - 14:30 horas

AUTORIZAÇÃO: Carlos Alberto Richa - Governador do Estado - 22/05/2014

Nº DO PROCESSO: 125090249

INFORMAÇÕES SOBRE A LICITAÇÃO: Coordenadoria de Licitações DER/PR, localizada na Avenida Iguaçu, nº 420, andar térreo, Curitiba/PR - fone 41 - 3304-8209 ou na página eletrônica www.comprasparana.pr.gov.br, link Licitações do Poder Executivo, consulta editais, órgão DER.

Curitiba, 29 de Maio de 2014

André Francisco Seniski

Coordenadoria de Licitações

R\$ 168,00 - 50743/2014

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de licitação n.º 003/2014-DER/DAF/SRCE/RAIS - Empresa: Gregório Geologia e Sondagens Ltda EPP - objeto: execução de serviços de sondagem nas cabeceiras da Ponte sobre o Rio reserva PR-459, através de sonda rotativa, sendo 02 furos em cada cabeceira - valor: R\$ 12.560,00 (doze mil quinhentos e sessenta reais) - Projeto/Atividade 4305 - rubrica orçamentária: 4490.39.04 - empenho n.º 401.718-1 - Autorizado pelo Sr. Diretor Geral - DER/PR, conf. protocolo n.º 12.097.731-8.

R\$ 72,00 - 50855/2014

EXTRATO DE PREVISÃO DE REAJUSTE

Contrato nº 323/2012 Contratado: TECON TÉCNICA E CONSULTORIA LTDA. Protocolo nº 12.509.129-6/2014. Objeto: PREVISÃO DE REAJUSTAMENTO, no valor de R\$ 10.213,23, autorizado pelo Senhor Diretor Geral do DER/PR, em 27/05/2014, empenho n.º 77300000401601-1, datado de 26/05/2014, no valor R\$ 5.000,00, e outros que serão emitidos oportunamente. Diretoria Técnica.

R\$ 48,00 - 50921/2014

DETRAN

ATA DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - LEILÃO PÚBLICO Nº005/2014 - DFRV

PROCESSO Nº 11.896.628-7 - Análise nova documentação apresentada (regularização das pendências)

Objeto da Licitação: Materiais ferrosos para reciclagem, resultante da descontaminação, descaracterização e trituração das sucatas de veículos e materiais inservíveis sem identificação ou sem possibilidade de qualquer regularização junto ao órgão executivo estadual de trânsito, depositados no pátio da Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos - DFRV na cidade de Curitiba/PR.

Data da Reunião: 29 de maio de 2014.

Horário: 10:00 horas

Local: Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR

Endereço: Av. Victor Ferreira do Amaral, nº2940 - Capão da Imbuia - Curitiba/PR

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de maio de 2014 (dois mil e quatorze), na cidade de Curitiba, do estado do Paraná, reuniram-se, a partir das 10h00, os membros da Comissão de Leilão - DETRAN/PR, nomeados pela Portaria 449/2013 - DG, os servidores Luciano Humberto Prestes, Mauro Cezar Domingues de Souza, Maila Cristina de Moraes, Franciele Elaine Ferreira e o Diretor Administrativo e Financeiro do departamento, Dr. Ivaldo Pedro Patrício, em sequência aos trabalhos correspondente ao leilão público denominado 005/2014 - DFRV, principalmente em análise aos documentos complementares apresentados pelas empresas convocadas e regularização das pendências estabelecidas nas atas anteriores, face a inabilitação de todos os participantes do referido procedimento. Após análise e debate dos documentos complementares apresentados e demais regularizações pendentes atendidas pelas empresas licitantes, a Comissão de Leilão, juntamente com o Diretor Administrativo e Financeiro do departamento, **DECIDIRAM:** i) pela classificação da empresa Gerdau Aços Longos S.A. como vencedora do certame, no valor de R\$ 0,47 (quarenta e sete centavos) por quilograma de material ferroso; ii) comunicar a empresa Gerdau Aços Longos S.A. para possa dar início aos trabalhos de retirada dos materiais, nos termos e prazos fixados no edital; iii) tomar todas as providências necessárias junto a Coordenadoria Financeira do DETRAN/PR para a



Espécie: Contrato de Transição Nº 029-2014
Partes: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA E A COAMO AGRONômICA INDUSTRIAL
OBJETO: Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo ANTAQ nº 50300.000607/2014-97, resolve-se celebrar o presente Contrato de Transição nº 029/2014, com fundamento no art. 35, § 1º, da Resolução nº 2240-ANTAQ, de 04 de outubro de 2011, com a redação dada pela Resolução nº 2.826-ANTAQ, o qual sujeita as partes às normas disciplinares contidas na Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nos demais atos normativos de regência. VALOR: O valor de R\$0,82/m² (oitenta e dois centavos por metro quadrado), equivalente a parcelas mensais R\$34.606,67 (trinta e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis reais e trinta e seis centavos) - base julho 2013. PRAZO: O prazo do presente Instrumento é de até 180 (cento e oitenta) dias, ou até que se encerre o processo licitatório da área em questão, o que ocorrer primeiro, cabendo à ARRENDATÁRIA adotar todas as providências necessárias à desocupação da instalação portuária ao fim do prazo contratual, sob pena de incidência das cominações previstas neste Contrato. AUTORIDADE: Superintendente da APPA, DATA DA AUTORIZAÇÃO: 21.05.2014 - Resolução nº 3399 - ANTAQ. PROTOCOLO: 13.190.255-7. DATA DO CONTRATO: 26.05.2014

Espécie: Contrato de Transição Nº 030-2014
Partes: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA E A COOPERATIVA CENTRAL REGIONAL COTRIGUACU
OBJETO: Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo ANTAQ nº 50300.000606/2014-42, resolve-se celebrar o presente Contrato de Transição nº 030/2014, com fundamento no art. 35, § 1º, da Resolução nº 2240-ANTAQ, de 04 de outubro de 2011, com a redação dada pela Resolução nº 2.826-ANTAQ, o qual sujeita as partes às normas disciplinares contidas na Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nos demais atos normativos de regência. VALOR: O valor de R\$4,75/m² (quatro reais e setenta e cinco centavos por metro quadrado), equivalente a parcelas mensais R\$67.684,89 (sessenta e sete mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e oitenta e nove centavos) - Base Dezembro de 2013. PRAZO: O prazo do presente Instrumento é de até 180 (cento e oitenta) dias, ou até que se encerre o processo licitatório da área em questão, o que ocorrer primeiro, cabendo à ARRENDATÁRIA adotar todas as providências necessárias à desocupação da instalação portuária ao fim do prazo contratual, sob pena de incidência das cominações previstas neste Contrato. AUTORIDADE: Superintendente da APPA, DATA DA AUTORIZAÇÃO: 21.05.2014 - Resolução nº 3397 - ANTAQ. PROTOCOLO: 13.190.255-7. DATA DO CONTRATO: 26.05.2014

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS

AVISO TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2014

Processo Administrativo nº 003/2014. OBJETO: Contratação de empresa para elaboração de Relatório Técnico Preliminar e Projeto Básico para a implantação da Barragem São Bento do Una, localizada no município de São Bento do Una - PE.

Em face da apreciação do recurso, decidiu a Secretária Executiva de Recursos Hídricos por: MANTER a nota final correspondente a 86 pontos, atribuída no julgamento da proposta técnica à licitante L & S Consultores Associados LTDA. A abertura das Propostas Financeiras das licitantes habilitadas fica marcada para as 10:00 horas do dia 06/06/2014.

Recife, 3 de junho de 2014.
DÉBORA VIEIRA CHAVES MENDES
Secretária Executiva

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO-COMPESA

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2014

Licitação Fracassada.

Recife, 3 de junho de 2014
ALESSANDRA ARAÚJO CIAGAS DA SILVA
Pregoeira

SECRETARIA DE TURISMO

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 8/2014

Processo Licitatório Nº 021/2014-SETUR

Tipo: Menor Preço

Objeto: contratação de empresa de engenharia para a construção de um Pier na Orla Fluvial de Petrolândia, no Estado de Pernambuco, conforme especificações contidas no respectivo Projeto. Termo de Referência e Anexos ao Edital. Recebimento das propostas 25.06.2014, às 10h, (horário local). O Edital, na íntegra, poderá ser retirado no site www.setur.pe.gov.br ou pessoalmente na CPL, mediante a troca por um CD novo, a partir de quinta-feira, 05.06.2014, no horário das 8h00 (oitenta e duas horas) no Setor Norte do Centro de Convenções, à Avenida Professor Andrade Bezerra, s/n Salgueiro - Olinda - PE - BR, na sala da CPL - SETUR. Informações pelo fone: (081) 31828396.

Recife, 3 de junho de 2014
MARY CLÉIA FERRAZ DE CASTRO
Presidente da CPL

SECRETARIA DAS CIDADES COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS

AVISOS DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 8/2014 Repetição

A Companhia Estadual de Habitação e Obras - CEHAB, torna público para conhecimento dos interessados que o Processo Licitatório nº 014/2014 - Tomada de Preços nº 008/2014, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia para execução de serviços remanescentes de construção de 28 unidades habitacionais e implantação de infraestrutura de pavimentação, drenagem e abastecimento de água no Distrito de Feitosa, município de Bodocó/PE, referente ao Termo de Compromisso nº 0250.274-RJ/2008, que não houve nenhum interessado em participar do evento com abertura do 02/06/2014, ocasionando uma licitação DESERTA. Diante o exposto, comunicamos aos interessados que a nova sessão de abertura do certame realizar-se-á no dia 25 de junho de 2014 às 09h e 30min, no auditório da CPLOSE. 1º andar sala 115 A, sede social da Companhia Estadual de Habitação e Obras - CEHAB, situada à Rua Odorico Mendes, nº 700, Campo Grande - Recife/PE - CEP: 52.031-080.

CONCORRÊNCIA Nº 4/2014

Processo Licitatório nº 016/2014 - Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de construção das unidades habitacionais, pavimentação, drenagem e paisagismo das ruas 01, 02, 03, 04 e 05 do habitacional, localizado na unidade de esgotamento sanitário da UE-23, Campo Grande - Recife/PE, referente ao Contrato de Repasse nº 0218.767-77. Abertura do certame: Dia 07 de julho de 2014 às 09h e 30min, no auditório da CPLOSE. 1º andar sala 115 A, sede social da Companhia Estadual de Habitação e Obras - CEHAB, situada à Rua Odorico Mendes, nº 700, Campo Grande - Recife/PE - CEP: 52.031-080. Este edital e seus anexos poderão ser adquiridos na sala da CPLOSE no horário das 08h00min às 12h00min, mediante apresentação de um CD ou DVD virgens e apresentação de carimbo com o CNPJ da empresa e preenchimento do formulário de protocolo. Demais esclarecimentos através do Fone: (81) 3182.7555 e Fax: (81) 3182.7557 ou e-mail: cplose@cehab.pe.gov.br.

Em 3 de junho de 2014.
RICARDO ANTONIO RAMOS SILVA
Presidente da CPLOSE

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ

AVISOS DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 79/2014

A Coordenadoria de Licitações do Instituto de Desenvolvimento do Piauí - IDEPI avisa aos interessados que instaurou licitação, por meio do Edital da Tomada de Preços nº 079/2014, que tem como objeto a execução de 7.479,58m² de pavimentação em paralelepípedo, em 06 (seis) vias, todas localizadas na sede do Município de Simplicio Mendes / Estado do Piauí. Os interessados deverão entregar à Coordenadoria de Licitações, os documentos de habilitação e propostas, na sede do IDEPI à Rua Altos, 3541, Bairro Água Mineral, em Teresina - Piauí, às 08:00 horas do dia 24 de junho de 2014. Tipo de licitação é o de Menor Preço, regime de empreitada por Preço UNITÁRIO. Os recursos financeiros para a despesa decorrente desta contratação correm por conta de recursos do Governo Federal (Ministério das Cidades) e Governo do Estado do Piauí, através do IDEPI. Classificação Orçamentária: 16208.17544211.347; Natureza da Despesa: 4490.51 e FR=00/10. O Edital, Minuta do Contrato, Projetos, Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, Especificações Técnicas, encontram-se à disposição dos interessados na sala da Coordenadoria de Licitações do IDEPI, sito à Rua Altos, 3541, Água Mineral, em Teresina-PI. Fone: (0XX86)3214-1016 e e-mail: idepi09@yahoo.com.br, de segunda a sexta-feira, das 7:30 às 13:30 horas. O Edital e seus elementos constitutivos estarão disponíveis para consulta e aquisição.

TOMADA DE PREÇOS Nº 95/2014

A Coordenadoria de Licitações do Instituto de Desenvolvimento do Piauí - IDEPI avisa aos interessados que instaurou licitação, por meio do Edital da Tomada de Preços nº 095/2014, que tem como objeto a pavimentação em paralelepípedo, calçadas com acessibilidade e sinalização viária em diversas ruas na sede do município de Sigefredo Pacheco / Estado do Piauí. Os interessados deverão entregar à Coordenadoria de Licitações, os documentos de habilitação e propostas, na sede do IDEPI à Rua Altos, 3541, Bairro Água Mineral, em Teresina - Piauí, às 09:30 horas do dia 24 de junho de 2014. Tipo de licitação é o de Menor Preço, regime de empreitada por Preço UNITÁRIO. Os recursos financeiros para a despesa decorrente desta contratação correm por conta de recursos do Governo Federal (Ministério das Cidades) e Governo do Estado do Piauí, através do IDEPI. Classificação Orçamentária: 16208.17544211.347; Natureza da Despesa: 4490.51 e FR=00/10. O Edital, Minuta do Contrato, Projetos, Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, Especificações Técnicas, encontram-se à disposição dos interessados na sala da Coordenadoria de Licitações do IDEPI, sito à Rua Altos, 3541, Água Mineral, em Teresina-PI. Fone: (0XX86)3214-1016 e e-mail: idepi09@yahoo.com.br, de segunda a sexta-feira, das 7:30 às 13:30 horas. O Edital e seus elementos constitutivos estarão disponíveis para consulta e aquisição.

TOMADA DE PREÇOS Nº 96/2014

A Coordenadoria de Licitações do Instituto de Desenvolvimento do Piauí - IDEPI avisa aos interessados que instaurou licitação, por meio do Edital da Tomada de Preços nº 096/2014, que tem como objeto a execução de 5.889,64 m² de pavimentação em paralelepípedo no município de Aroazes / Estado do Piauí. Os interessados deverão entregar à Coordenadoria de Licitações, os documentos de habilitação e propostas, na sede do IDEPI à Rua Altos, 3541, Bairro Água Mineral, em Teresina - Piauí, às 08:00 horas do dia 25 de junho de 2014. Tipo de licitação é o de Menor Preço, regime de empreitada por Preço UNITÁRIO. Os recursos financeiros para a despesa decorrente desta contratação correm por conta de recursos do Governo Federal (Ministério das Cidades) e Governo do Estado do Piauí, através do IDEPI. Classificação Orçamentária: 16208.17544211.347; Natureza da Despesa: 4490.51 e FR=00/10. O Edital, Minuta do Contrato, Projetos, Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, Especificações Técnicas, encontram-se à disposição dos interessados na sala da Coordenadoria de Licitações do IDEPI, sito à Rua Altos, 3541, Água Mineral, em Teresina-PI. Fone: (0XX86)3214-1016 e e-mail: idepi09@yahoo.com.br, de segunda a sexta-feira, das 7:30 às 13:30 horas. O Edital e seus elementos constitutivos estarão disponíveis para consulta e aquisição.

TOMADA DE PREÇOS Nº 97/2014

A Coordenadoria de Licitações do Instituto de Desenvolvimento do Piauí - IDEPI avisa aos interessados que instaurou licitação, por meio do Edital da Tomada de Preços nº 097/2014, que tem como objeto a execução de 12.365,50 m² de pavimentação em paralelepípedo no município de Cocal de Telha do Piauí / Estado do Piauí. Os interessados deverão entregar à Coordenadoria de Licitações, os documentos de habilitação e propostas, na sede do IDEPI à Rua Altos, 3541, Bairro Água Mineral, em Teresina - Piauí, às 09:30 horas do dia 25 de junho de 2014. Tipo de licitação é o de Menor Preço, regime de empreitada por Preço UNITÁRIO. Os recursos financeiros para a despesa decorrente desta contratação correm por conta de recursos do Governo Federal (Ministério das Cidades) e Governo do Estado do Piauí, através do IDEPI. Classificação Orçamentária: 16208.17544211.347; Natureza da Despesa: 4490.51 e FR=00/10. O Edital, Minuta do Contrato, Projetos, Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, Especificações Técnicas, encontram-se à disposição dos interessados na sala da Coordenadoria de Licitações do IDEPI, sito à Rua Altos, 3541, Água Mineral, em Teresina-PI. Fone: (0XX86)3214-1016 e e-mail: idepi09@yahoo.com.br, de segunda a sexta-feira, das 7:30 às 13:30 horas. O Edital e seus elementos constitutivos estarão disponíveis para consulta e aquisição. Publique-se.

Teresina-PI, 3 de junho de 2014.
FREDERICO HERBERT PACHEGOS DE SA
Coordenador de Licitações

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2014-SEAD

PROCESSO Nº AA.900.1.00112/14-64.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos de Informática e Audiovisual - Projeto QUALISUS. Tipo: menor preço, adjudicação por item. DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 18/06/2014. HORÁRIO: 10:00h (horário de Brasília). EDITAL: Disponível nos sites licitacoes.com.br e www.dlca.pi.gov.br/INFORMACOES. Avenida Pedro Freitas, s/n, 2º andar - Centro Administrativo - Bairro São Pedro, em Teresina - PI. Telefone: (86)3216-1000. Email: licitacao@sead.pi.gov.br.

Teresina, 2 de junho de 2014
MAGDA LOPES DE OLIVEIRA
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2014-SEAD

PROCESSO Nº AA.900.1.002139-14-04

OBJETO: Prestação de Serviços para Organização de Eventos Técnicos (Seminários, Oficinas de Trabalho, Capacitação de Profissionais) para Realizar Atividades do Projeto QUALISUS Redu.TIPO: menor preço, adjudicação por lote. DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 18/06/2014. HORÁRIO: 9:00h (horário de Brasília). EDITAL: Disponível nos sites licitacoes.com.br e www.dlca.pi.gov.br/INFORMACOES. Avenida Pedro Freitas, s/n, 2º andar - Centro Administrativo - Bairro São Pedro, em Teresina - PI. Telefone: (86)3216-1000. Email: licitacao@sead.pi.gov.br; vera.lucia@sead.pi.gov.br.

Teresina, 2 de junho de 2014.
VERA LÚCIA DE LIMA SILVA
Pregoeira